



Rede Ibero-Americana de Educação em Direitos Humanos e para a Cidadania Democrática

OEI 

Violência: o inimigo silencioso do direito humano à educação na América Latina e no Caribe

Magaly Robalino-Campos



Perspetivas ibero-americanas:

A educação para a convivência democrática e a promoção dos direitos humanos



“A inclusão educacional universal é uma das grandes dívidas dos países da América Latina e do Caribe”.

Magaly Robalino-Campos.

Pesquisador do Centro Nacional de Investigaciones Sociales y Educativas, GENAISE (Equador) e membro do Conselho Consultivo da OEI.



A inclusão educacional universal é uma das grandes dívidas dos países da América Latina e do Caribe, situação agravada pela pandemia da Covid-19 que ainda não foi revertida, apesar das iniciativas tomadas pelos países. Estima-se que 10,4 milhões de crianças e adolescentes estejam fora da escola e entre os países mais afetados estão: Brasil, Colômbia, Equador, Haiti, Peru e Venezuela (ECW, 2022).

A pobreza, o trabalho infantil e a gravidez na adolescência estão entre as primeiras causas da exclusão educacional; no entanto, a violência em todas as suas formas (social, escolar e intrafamiliar) está ganhando terreno e, juntamente com a migração, está incluída entre as principais razões para que crianças e adolescentes fiquem fora da escola ou abandonem os estudos, apresentando números que aumentam à medida que aumenta a idade escolar (CEPAL, 2024; UNESCO/UNICEF/CEPAL, 2022).

Embora seja possível identificar períodos de violência ao longo da história da região, com maior ou menor profundidade, dependendo dos países e das áreas, nos últimos anos temos testemunhado uma crise de violência em todas as esferas, com variações de acordo com o contexto; uma crise associada a desigualdades sociais e econômicas, iniquidades, enfraquecimento das políticas sociais, falta de governança, expansão do narcotráfico e do crime organizado que,

inclusive, permeia algumas instituições dos países.

No caso de crianças e adolescentes, a violência tende a se agravar na América Latina e no Caribe: 24.500 crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos são vítimas de violência letal (homicídio) a cada ano e a taxa na região é cinco vezes maior do que a média global (UNICEF, 2019).





Essa crise de violência se tornou uma das principais causas da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente o direito à educação, pois os exclui do acesso à escola ou os leva a abandoná-la, duas expressões fundamentais da negação desse direito.

A violência doméstica está adquirindo características dramáticas, com a agravante de que em muitos lugares ela é silenciada e encoberta. Nos lares da América Latina e do Caribe, 50% da população com menos de 18 anos de idade já foi vítima de violência doméstica, em sua maioria perpetrada por membros da família ou parentes próximos (CEPAL e UNICEF, 2020).

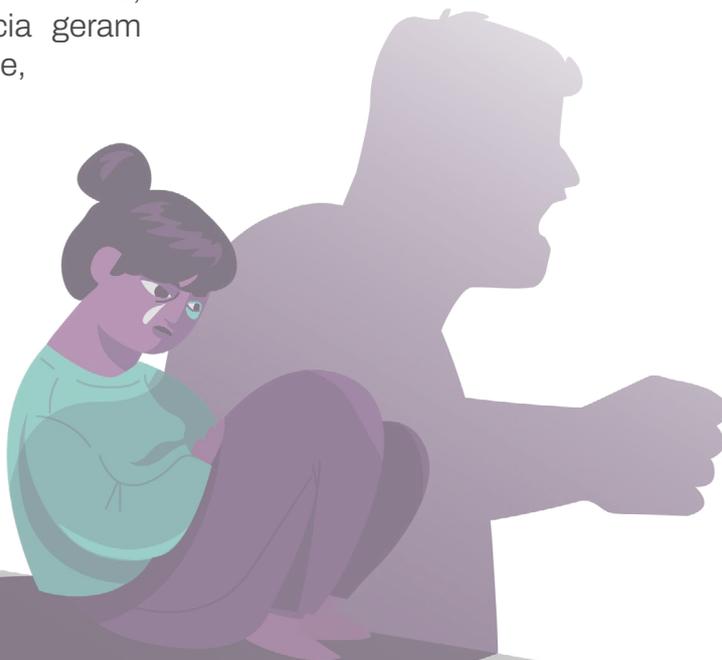
A violência escolar, que tem sido cada vez mais reconhecida e combatida nas últimas décadas, nem sempre é identificada como causa explícita do abandono escolar, pois essa violência “pode assumir a forma disfarçada de uma violência silenciosa e até permitida” (Alejo, Estrada e Tapia, 2018), que é legitimada no imaginário da comunidade educacional ao aceitá-la como parte das “tradições institucionais”. No entanto, episódios de agressão e/ou violência geram danos físicos e emocionais, estresse, desmotivação, menor desempenho escolar e absenteísmo nas crianças (UNICEF, 2021; Soto e Trucco, 2015 citados em Trucco e Inostroza, 2017; UNESCO/LLECE, 2010; UNESCO/LLECE, 2015).

A migração, outra causa de crianças que estão fora da escola ou que abandonam os estudos, é frequentemente motivada pela violência.

Em 2020, de acordo com UNICEF (2022), havia 6,3 milhões de crianças e adolescentes migrantes com menos de 18 anos na ALC que enfrentam barreiras à inclusão educacional refletidas em taxas de frequência escolar mais baixas em comparação com a população anfitriã.

“**A violência doméstica está adquirindo características dramáticas, com a agravante de que em muitos lugares ela é silenciada e encoberta**”.

De acordo com um relatório do BID, OCDE e PNUD (2023, pp. 12-13), “em metade dos países da América Latina e do Caribe analisados, as crianças estrangeiras têm menos probabilidade de frequentar a escola do que seus colegas





nativos (...), e isso ocorre em todas as faixas etárias”.

No Equador, em 2019, a taxa de matrícula escolar de crianças equatorianas entre 3 e 4 anos de idade chegou a 64%, enquanto seus pares venezuelanos chegaram a 50% (Banco Mundial, 2020, ACNUR, INEC, BM, 2024). No Peru, em dezembro de 2021, estimava-se que 42,3% das crianças e adolescentes migrantes estavam fora do sistema educacional. No Brasil, 77% das crianças venezuelanas pesquisadas não estavam frequentando as aulas, seja porque as aulas estavam suspensas ou porque não estavam matriculadas em nenhuma escola. (Elías, Granada, Naslund-Hadley, Ortiz, Romero y Dávalos, 2022, pp. 18-19 citando a: RAV 2021 y 2022, World Vision, 2020, IOM, 2020)

A violência sexual contra crianças e adolescentes, tanto dentro quanto fora do sistema educacional, é outro fator que contribui para a redução das taxas de frequência escolar, que persistem apesar das medidas tomadas pelos países.

Casos de violência sexual ocorridos em espaços educacionais ou por membros da comunidade educacional são particularmente graves, quando as escolas deveriam ser, acima de tudo, locais de segurança e proteção para seus alunos, garantidos por profissionais da educação.

Outro fator de violência que afeta o abandono escolar é o recrutamento de crianças e adolescentes para redes de tráfico de drogas, grupos do crime organizado e grupos paramilitares.

De acordo com Herrera (2024), citado em Gestión (2024), com base em pesquisas realizadas no Equador, “essas crianças e adolescentes se encontram sem escola e abandonados pelo Estado (...). Os grupos do crime organizado recrutam crianças cada vez mais jovens, entre 9 e 10 anos de idade, que vêm de famílias empobrecidas e de ambientes onde sofreram violência, ausência dos pais, onde o tecido social

das comunidades em que vivem está rompido (...).

“A exclusão da escola aumenta o risco de violência, exploração e abuso, bem como os obstáculos para a construção de projetos de vida, o desenvolvimento do pensamento crítico e o comportamento no mundo”.

As informações apresentadas neste texto mostram apenas uma pequena parte do problema da violência e da negação do direito humano à educação para crianças e adolescentes de grupos populacionais altamente vulneráveis na América Latina e no Caribe.

A exclusão da escola aumenta o risco de violência, exploração e abuso, bem como os obstáculos para a construção de projetos de vida, o desenvolvimento do pensamento crítico e o comportamento no mundo, o conhecimento e o exercício pleno dos direitos, a participação ativa na vida comunitária e a prática dos valores da cidadania responsável para o fortalecimento das democracias.

Garantir a educação e a proteção de crianças e adolescentes é uma questão de direitos humanos e, portanto, é responsabilidade dos Estados gerar respostas para enfrentar e resolver essa crise de violência, especialmente quando estamos diante de uma situação estrutural que está se expandindo em alguns países e não apenas em casos isolados.

Existe uma relação direta entre a pobreza multidimensional nas famílias, o trabalho infantil



e adolescente, a gravidez na adolescência, a migração forçada e a negação de direitos. Em alguns lugares, os Estados falham em seu dever de garantir direitos fundamentais da população, como o acesso a serviços básicos, educação de qualidade, emprego digno e segurança cidadã (Herrera, 2024 in Gestión digital, 2024, n.p.).

“ (...) que assegurem a igualdade, a inclusão e a justiça social para toda a população e sistemas educacionais que tornem realidade o lema da Agenda 2030: ninguém é deixado para trás! ”.

Esses fatores de exclusão e risco interagem entre si e potencializam os efeitos devastadores sobre a educação, a proteção, a segurança, o bem-estar e o futuro de crianças e adolescentes.

A compreensão dessas relações possibilitará a elaboração de intervenções de políticas públicas que contribuam para o acesso universal e a permanência na escola, oferecendo novas oportunidades e horizontes para os alunos (OEI, 2020) no âmbito de respostas políticas abrangentes que abordem, como um todo, as causas e expressões das desigualdades e iniquidades estruturais.

Os Estados do mundo se deparam com o imperativo de garantir a sustentabilidade do planeta e a plena vigência de sistemas democráticos que assegurem a igualdade, a inclusão e a justiça social para toda a população e sistemas educacionais que tornem realidade o lema da Agenda 2030: ninguém é deixado para trás!

